

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.160 - RN (2019/0038046-0)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

**RECORRENTE : MARIA DALVA BERNARDO DA SILVA**

**ADVOGADOS : JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO - RN005291**

**JOSÉ NICODEMOS DE ARAÚJO JÚNIOR E OUTRO(S)**  
**- RN006792**

**RECORRIDO : UNIÃO**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Especial interposto por **MARIA DALVA BERNARDO DA SILVA**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 236/247e):

*Processual Civil. Apelação contra sentença que julgou improcedente o pedido autoral de recebimento de pensão por morte no mesmo padrão remuneratório dos servidores ativos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes [DNIT] provenientes do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagens [DNER], bem como de gratificação GDAPEC ou GDIT.*

*- Busca a parte apelante o reconhecimento do seu direito ao recebimento de pensão por morte no mesmo padrão remuneratório dos servidores ativos do DNIT provenientes do extinto DNER, bem como de gratificação GDAPEC ou GDIT, com base na regra da paridade, argumentando que se aplica ao caso o mesmo entendimento da Corte Suprema, no RE 677730, e do Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1244632-CE, pois o instituidor da pensão trabalhava no BEC/REFSA, a qual foi extinta e sucedida pelo DNIT, mas, quando se aposentou, foi incorporado ao Ministério dos Transportes, na forma dos arts. 81, 113 e 117, da Lei 10.233/01.*

*- Verifica-se que tanto o RE 677730-RS, quanto o REsp 1244632-CE, tratam da extensão, a servidores aposentados e pensionistas, dos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos do extinto DNER no Plano Especial de Cargos do DNIT. Precedentes.*

*- Destarte, como o instituidor da pensão não pertenceu aos quadros do extinto DNER, não se aplicam os referidos posicionamentos em repercussão geral e recursos repetitivos ao acaso, por se tratar de situação diversa.*

*- Dessa forma, considerando que a Lei 11.171/05, trata da criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do DNIT, com o qual o*

*instituidor da parte apelante não guarda vínculo funcional, desarrazoada a sua pretensão, por falta de amparo legal.*  
*- Improvimento ao apelo.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 281/292e).

Com amparo no art. 105, III, *a e c*, da Constituição da República, afirma a Recorrente que a decisão do tribunal de origem diverge da interpretação atribuída por esta Corte às Leis n. 10.233/2001 e n. 11.171/2005, violando o art. 113 da Lei n. 10.233/2001, em interpretação conforme do artigo 40, § 8º, da Constituição da República.

Alega que, mediante a Lei n. 10.233/01, foi criado o DNIT, onde foram lotados os servidores ativos do Ministério dos Transportes, consoante o art. 113 desse diploma.

Assevera que, com a edição da Lei n. 11.171/05, foi criado plano especial de cargos e salários “que alcançou os servidores do DNIT, mesmo aqueles que vieram do DNER ou do Ministério dos Transportes, mas limitou a sua aplicação às respectivas redistribuições requeridas até 31 de julho de 2004” (fl. 303e).

Sustenta que o fato de nunca ter integrado os quadros do DNER “não interfere no direito da parte autora, tendo em vista que o pressuposto da demanda é a exclusão de servidores inativos do DNER e/ou do Ministério dos Transportes do Plano de Cargos e Salários dos servidores do DNIT, ocasionando uma diferença entre ativos e inativos que exerciam as mesmas funções” (fl. 306e), invocando a aplicação dos precedentes firmados no REsp n. 1.244.632/CE, julgado por esta Corte sob a sistemática dos recursos repetitivos, e no RE n. 677.730 RG, pelo Supremo Tribunal Federal.

Pontua que “os servidores do Regime Jurídico dos quadros de pessoal do DNER e do Ministério dos Transportes foram recolocados/absorvidos pelo DNIT” (fl. 309e).

Argumenta, ao final, que “sendo funcionários do DNER ou do Ministério dos Transportes (recebidos de órgãos extintos ou sem personalidade), como o fundamento da pretensão é a paridade, *aplica-se* as mesmas consequências *estabelecidos* pelo recurso paradigma REsp nº 1.244.632/CE, já que são situações semelhantes, originárias *da mesmas normas* – Lei 10.233/2001” (*sic*; fl. 314e).

Com contrarrazões (fls. 339/344e), o recurso foi admitido (fl. 352e).

**Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *b*, e 255, II, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a negar provimento a recurso ou a pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

*O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

No caso, o tribunal de origem decidiu que a Recorrente não faz jus à paridade pleiteada, sob o fundamento de que o instituidor da pensão não guarda vínculo funcional com o DNIT, conforme se extrai dos seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 244/246e):

*Verifica-se que tanto o RE 677730-RS, quanto o REsp 1244632-CE, tratam da extensão, a servidores aposentados e pensionistas, dos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos do extinto DNER no Plano Especial de Cargos do DNIT.*

*Destarte, como o instituidor da pensão não pertenceu aos quadros do extinto DNER, não se aplicam os referidos posicionamentos em repercussão geral e recursos repetitivos ao acaso, por se tratar de situação diversa.*

*(...)*

*Dessa forma, considerando que a Lei 11.171/05, trata da criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do DNIT, com o qual o instituidor da parte apelante não guarda vínculo funcional, desarrazoada a sua pretensão, por falta de amparo legal.*

Nesse contexto, observo que o acórdão recorrido adotou entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, com repercussão geral reconhecida (TEMA 602), segundo o qual **são extensíveis, aos servidores públicos aposentados e pensionistas, os efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos do extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), no Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), consoante espelha a seguinte ementa:**

*Recurso extraordinário. Repercussão geral reconhecida. 1. Administrativo. 2. Paridade. Art. 40, § 8º (redação dada pela EC 20/1998). 3. Servidores inativos e pensionistas do extinto DNER possuem direito aos efeitos financeiros decorrentes do enquadramento de servidores ativos no Plano Especial de Cargos do DNIT. 4. Recurso extraordinário não provido.*

(RE 677730, Relator (a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 28/08/2014, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-210 DIVULG 23-10-2014 PUBLIC 24-10-2014).

Na mesma esteira, é a orientação encampada por esta Corte, assentada em julgado submetido à sistemática dos recursos especiais repetitivos, assim ementado:

**ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ Nº 08/2008. PROVENTOS DE APOSENTADORIA. SERVIDOR QUE PRESTOU SERVIÇOS NO EXTINTO DNER. DNIT. SUCESSOR DO DNER. VINCULAÇÃO DO INATIVO AO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DO DNIT. APLICAÇÃO. PRECEDENTES.**

*1. O servidor aposentado do extinto DNER, ainda que passe a integrar o quadro de inativos do Ministério dos Transportes, deve ter como parâmetro de seus proventos a retribuição dos servidores ativos do DNER absorvidos pelo DNIT, pois esta autarquia é que é a sucessora do DNER, não havendo razão jurídica para justificar qualquer disparidade. Precedentes.*

*2. Não é dado ao Poder Público criar subterfúgio para deixar de cumprir regramento expresso existente no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União (arts. 189 e 224) que impõe a paridade de vencimentos e proventos entre os servidores ativos e inativos e pensionistas.*

*3. Assim, o fato de ter a lei transferido ao Ministério dos Transportes a responsabilidade pelo pagamento dos inativos do extinto DNER não pode tornar sem efeito a norma que determina a paridade entre ativos e*

inativos oriundos do mesmo quadro de pessoal, ainda que atualmente estejam vinculados a entidades distintas por força de legislação superveniente.

4. *Recurso especial provido. Acórdão sujeito ao art. 543-C do CPC e à Resolução STJ nº 08/2008.*

(REsp 1244632/CE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/08/2011, DJe 13/09/2011, destaques meus).

Além disso, sublinhe-se que o Recurso Especial não pode ser conhecido com fundamento na alínea *c* do permissivo constitucional, pois a parte recorrente deixou de proceder ao cotejo analítico entre os arestos confrontados, com o escopo de demonstrar que partiram de situações fático-jurídicas idênticas e adotaram conclusões discrepantes.

Cumprе ressaltar, ainda, que o Recorrente deve transcrever os trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando as circunstâncias dos casos confrontados, sendo insuficiente, para tanto, a mera transcrição de ementas.

Nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO. INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL EM VIRTUDE DE PROPOSITURA DE DEMANDA JUDICIAL PELO DEVEDOR NA QUAL O DÉBITO É IMPUGNADO. ALEGADA AUSÊNCIA DE PRECLUSÃO. RECURSO ANCORADO NA ALÍNEA C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL SOBRE O QUAL SUPOSTAMENTE RECAI A CONTROVÉRSIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

(...)

3. *Além do que, para se comprovar a divergência, não basta a mera transcrição de ementas, é indispensável o cotejo analítico entre os julgados, de modo que ressaia a identidade ou similitude fática entre os acórdãos paradigma e recorrido, bem como teses jurídicas contrastantes, a demonstrar a alegada interpretação oposta.*

4. *Agravo Regimental do IRGA desprovido.*

(AgRg no REsp 1.355.908/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 15/08/2014).

**PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR**

**MORTE. DECADÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DEVOLUÇÃO DE VALORES E PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI SUPOSTAMENTE VIOLADOS. SÚMULA 284/STF. CONDIÇÃO DE DEPENDENTE. FILHO MAIOR INVÁLIDO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

(...)

4. O conhecimento de recurso especial fundado na alínea "c" do art. 105, III, da CF/1988 requisita, em qualquer caso, a demonstração analítica da divergência jurisprudencial invocada, por intermédio da transcrição dos trechos dos acórdãos que configuram o dissídio e da indicação das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não sendo bastante a simples transcrição de ementas ou votos (artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, § 2º, do RISTJ). A não observância a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do recurso especial.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.420.639/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 02/04/2014).

Por fim, no que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos Enunciados Administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à novel legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/15), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais, deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10 do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO 2.063 AgR/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

Assim, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, de rigor a majoração dos honorários anteriormente fixados de 10% (dez por cento; fl. 189e), para 12% (doze por cento) sobre o valor da causa, restando suspensa sua exigibilidade, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, IV, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *b*, e 255, II, ambos do RISTJ, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora